

Caxias do Sul - RS, 18 de agosto de 2017.

1º Semestre de 2017
Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Randon S/A relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e em 30 de junho de 2016, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes. O Banco Randon S/A ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010. O Banco permanece com foco no financiamento da cadeia de negócios das Empresas Randon, disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades BNDES Finame, CDC, *Floor Plan* e Vendor, e empréstimos na modalidade Capital de Giro e Desconto de Recebíveis. Desta forma, está alinhado com sua missão de ofertar serviços financeiros competitivos e rentáveis que suportem as políticas comerciais e fortaleçam os negócios das empresas Randon. Ainda que a retomada da economia seja lenta devido à cautela na hora de investir por conta da atual crise, à medida que a retomada do crescimento se mostre sustentável, esse panorama começa a permitir um melhor desempenho de diversos setores econômicos. Isso trará reflexos positivos para empresas e para a sociedade, fortalecendo o ambiente de negócios das Empresas Randon. O fato de não contrair repasses junto ao BNDES no ano de 2016 segue impactando a redução da carteira de ativos de longo prazo, conforme evidenciado pela carteira passiva na tabela a seguir.

Valores em milhares de reais

	Circulante		Exigível a longo prazo		Total Carteira	
	1º Sem 2017	1º Sem 2016	1º Sem 2017	1º Sem 2016	1º Sem 2017	1º Sem 2016
	67.565	95.565	50.705	119.658	118.270	215.223

Tabela 1 - Obrigações por Empréstimos e Repasses. Carteira Ativa de Crédito: Rating, *Provisionamento e Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo:* A provisão de crédito para liquidação duvidosa corresponde a 4,2% da carteira ativa no 1º semestre de 2017 (2,3% em 2016). O aumento ocorrido em 2017 ainda é reflexo da deterioração do cenário iniciada em 2014 e que afeta a todos os segmentos da economia.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016
Circulante		251.034	272.074		
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.795	19.368		
Títulos e valores mobiliários	5	18.047	22.931		
Carteira própria		18.047	22.931		
Operações de crédito		217.416	222.119		
Setor privado	6a	226.855	227.982		
Prov. para oper. de crédito de liquid. div. (9.439)	6b	(9.439)	(5.863)		
Outros créditos		5.208	7.457		
Créditos tribut. de impostos e contribuições	7	2.304	3.194		
Outros créditos diversos	7	2.504	4.263		
Outros valores e bens		468	199		
Bens não de uso próprio	8	193	70		
Despesas antecipadas		275	129		
Realizável a longo prazo		76.071	137.584		
Operações de crédito		71.545	135.184		
Setor privado	6a	74.788	137.823		
Prov. para oper. de crédito de liquid. div. (3.243)	6b	(3.243)	(2.639)		
Outros créditos		4.526	2.400		
Créditos tribut. de impostos e contribuições	7	4.430	2.400		
Outros créditos diversos	7	96	—		
Permanente		273	332		
Imobilizado de uso	9	231	263		
Imobilizado de uso		654	667		
Depreciações acumuladas		(423)	(404)		
Intangível		42	69		
Intangível		294	293		
Amortizações acumuladas		(252)	(224)		
Total do ativo		327.378	409.990		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				
	Capital social	Legal	Reserva geral de lucros	Ajustes avaliação de patrimonial	Lucros acumulados
Saldo em 1º de janeiro de 2016	75.000	736	8.894	—	84.631
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	3.760
Dividendos AGOE 26/04/2016	—	—	(7.951)	—	(7.951)
Destinação:					
Reserva legal	—	188	—	—	(188)
Saldo em 30 de junho de 2016	75.000	924	943	—	3.572
Mutações do semestre	—	188	(7.951)	—	3.572
Saldo em 1º de janeiro de 2017	75.000	1.056	5.502	—	81.559
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	2.868
Dividendos AGO 27/04/2017	—	—	(4.559)	—	(4.559)
Destinação:					
Reserva legal	—	143	—	—	(143)
Saldo em 30 de junho de 2017	75.000	1.199	943	—	2.725
Mutações do semestre	—	143	(4.559)	—	2.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional: O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento; investimento e de arrendamento mercantil. Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

2 Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 11 de agosto de 2017.

3 Resumo das principais práticas contábeis: a. **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco. b. **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. c. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. d. **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. e. **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular n.º 3.068 de 08 de novembro de 2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilidade: (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; (ii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. f. **Operações de crédito:** Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN n.º 2.682/99 e n.º 2.697/00. As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento exponencial das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método de rendibilidade e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência. A atualização ("*accrual*") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas das operações de crédito contra prejuízo ("*write-offs*") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução n.º 2.682/99 do CMN. g. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN n.º 2.682/99 e n.º 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer e reclassificação da operação para categoria de menor risco. h. **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "*pro-rata*" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis. i. **Bens não de uso próprio:** Em alguns casos, os bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor justo de mercado, e o montante é demonstrado em "Bens não de uso próprio". j. **Imobilizado de uso:** Registrado ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução n.º 4.535 BACEN. k. **Intangível:** Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de *software*) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica considerando o prazo de 5 anos, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução n.º 4.534 BACEN. l. **Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. m. **Depósitos a prazo:** Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer. n. **Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução CMN n.º 3.823/2009: • **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. • **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando

Nível de risco	Valores em milhares de reais		Carteira de Crédito 1º Sem 2017		Carteira de Crédito 1º Sem 2016	
	provisão	%	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	—	20	—	9.705	—
A	0,50%	173.225	866	257.319	1.287	257.319
B	1,00%	58.734	587	44.593	446	44.593
C	3,00%	49.163	1.475	34.357	1.031	34.357
D	10,00%	6.599	660	8.974	897	8.974
E	30,00%	6.247	1.874	8.445	2.533	8.445
F	50,00%	640	320	95	48	95
G	70,00%	383	268	190	133	190
H	100,00%	6.632	6.632	2.127	2.127	2.127
Total		301.643	12.682	365.805	8.502	365.805

Tabela 2 - Composição da Carteira de Crédito por Nível de Risco. Tomando por base a tabela acima, destacamos as principais variações observadas no nível de risco da carteira: • **Rating "C":** atrasos de 31 a 60 dias, consequência de dificuldades financeiras enfrentadas pelos clientes em maio de 2017, representando provisão adicional de R\$ 444 mil em relação ao 1º semestre de 2016. • **Rating "D" e "E":** atrasos de 61 a 90 dias e de 91 a 120 dias, apresentando reversão de R\$ 896 mil em relação ao 1º semestre de 2016. • **Rating "H":** atrasos superiores a 180 dias, cujo impacto teve início nos meses de janeiro e fevereiro de 2017, representando provisão adicional de R\$ 4.505 mil em relação ao 1º semestre de 2016. Conforme revisão na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.682, o Banco procede com a exposição semestral de *rating*, que também poderá ocorrer a qualquer tempo se forem identificadas situações econômicas e/ou conjunturais de clientes/grupos econômicos que ofereçam algum risco de descumprimento dos compromissos. Os clientes em recuperação judicial são avaliados tão logo o Banco seja comunicado da ação. Considerando que operações com garantias reais (alienação fiduciária/hipototecas), não sejam passíveis de enquadramento nas recuperações judiciais, o Banco leva a classificação de *rating* ao nível adequado de provisionamento conforme definição e avaliação do Comitê

Demonstrações de resultados Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Receitas da intermediação financeira	22.696	25.093		
Operações de crédito	20.819	22.410		
Result. de oper. com títulos e val. mobil.	1.877	2.683		
Despesas da intermediação financeira	(12.428)	(12.570)		
Operações de captação no mercado	(5.668)	(5.998)		
Operações de empréstimos e repasses	(2.800)	(4.286)		
Provisão para cré. de liquidação duvidosa	(3.960)	(2.286)		
Resultado bruto da intermed. financeira	10.268	12.523		
Outras receitas/(despesas) operacionais	(4.518)	(5.611)		
Receitas de prestação de serviços	24	30		
Rendas de tarifas bancárias	374	186		
Despesas de pessoal	(2.473)	(3.112)		
Outras despesas administrativas	18	(1.901)	(2.208)	
Despesas tributárias	(696)	(726)		
Outras receitas operacionais	330	220		
Outras despesas operacionais	(176)	(1)		
Resultado operacional	5.750	6.912		
Resultado não operacional	(151)	—		
Result. antes da tributação sobre o lucro	5.599	6.912		
Imposto de renda e contribuição social	(2.731)	(3.152)		
Provisão para imposto de renda	17	(1.933)	(1.815)	
Provisão para contribuição social	17	(1.586)	(1.523)	
Ativo fiscal diferido	17	788	186	
Lucro líquido do semestre	2.868	3.760		
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações - R\$	79.646	79.646		
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	0,036	0,047		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. o. **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes):** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "*pro-rata* dia") e incorridos, assim como, provisão para perda, quando julgada necessária. p. **Créditos tributários, impostos e contribuições:** As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Injeção Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. A alíquota da contribuição social foi majorada de 15% para 20% aplicável a partir de 01 de setembro de 2015, conforme Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos em montante limitado ao seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/2015. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. q. **Resultado de exercícios futuros:** Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos. r. **Resultado por ação:** O lucro líquido por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. s. **Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A revisão das estimativas é avaliada pelo menos anualmente. t. **Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** O Banco é patrocinador de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefício a Empregados. Os custos de patrocínio do plano de pensão do Banco são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições. d. **Caixa e equivalentes de caixa**

2017 2016

Nível de risco	2017		2016	
	Percentual de provisão	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$
AA	0,00%	20	—	9.705
A	0,50%	173.225	866	257.319
B	1,00%	58.734	587	44.593
C	3,00%	49.163	1.475	34.357
D	10,00%	6.599	660	8.974
E	30,00%	6.247	1.874	8.445
F	50,00%	640	320	95
G	70,00%	383	268	190
H	100,00%	6.632	6.632	2.127
Total		301.643	12.682	365.805

5 **Títulos e valores mobiliários**

2017 2016

	2017		2016	
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	Valor de merc. (cont.)	Valor de merc. (cont.)
Operações compromissadas	9.770	19.340		
Até 30 dias	—	—		
Posição Bancada	25	28		
Letras do Tesouro Nacional	9.795	19.368		
Disponibilidades	—	—		
Total	9.795	19.368		

Letras Financeiras do Tesouro (LFT)

4.326 13.721 18.047 18.055 18.047 22.931

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. De acordo com a Circular n.º 3.068 de 08 de novembro de 2001 do BACEN os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. 6 **Operações de crédito:** As informações da carteira em 30 de junho de 2017 e 2016 são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira por modalidade

2017 2016

	2017		2016	
--	------	--	------	--

(a) O valor de adiantamentos diversos refere-se a adiantamento e antecipações salariais; adiantamento de viagens e adiantamento a fornecedores. (b) Os valores de devedores diversos - pais referem-se a valores a receber do Banco Itaú referentes à cobrança de parcelas efetuadas no último dia do mês de junho, repassados ao Banco em D+1, e outros. (c) Os valores de títulos e créditos a receber referem-se a cotas de consórcios advindas de acordo para liquidação de dívida de cliente, líquidos de provisão para perdas. **8 Bens não de uso próprio**

	2017		2016	
	Custo desvalorização	Custo líquido	Custo desvalorização	Custo líquido
Outros	204	(11)	193	70

Os ativos não circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados bens não de uso próprio. Os bens não de uso próprio são mensurados e contabilizados pelo valor justo de mercado e destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada em até um ano. **9 Imobilizado de uso**

	2017		2016		Taxas anuais depr. (%)
	Custo corríg. acum.	Líquido	Líquido	Líquido	
Móveis e utensílios e instalações	260	(162)	98	120	15,5
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	173	(132)	41	9	35,7
Sist. de transporte	183	(105)	78	114	38,1
Outras imobilizações	38	(24)	14	20	19,5 e 25,2
Total	654	(423)	231	263	

(*) As taxas anuais de depreciação foram reavaliadas conforme laudo técnico, tomando por base o valor residual de dezembro de 2016, em atendimento ao exposto na Resolução nº 4.535 de 24 de novembro de 2016 do BACEN. **10 Depósitos:** Em 30 de junho de 2017 e 2016 os depósitos a prazo estavam sendo remunerados a taxas que variam de 35% a 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2017					Total
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo De 12 a 24 meses	Exigível a longo prazo De 24 a 36 meses	Exigível a longo prazo Acima de 36 meses	Total	
Depósitos a prazo	24.933	7.329	602	-	7.931	32.864
Total	24.933	7.329	602	-	7.931	32.864

	2016					Total
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo De 12 a 24 meses	Exigível a longo prazo De 24 a 36 meses	Exigível a longo prazo Acima de 36 meses	Total	
Depósitos a prazo	1.856	24.250	2.102	577	26.929	28.785
Total	1.856	24.250	2.102	577	26.929	28.785

	2017					Total
	Circulante Até 3 meses	Exigível a longo prazo De 3 a 12 meses	Exigível a longo prazo Total	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total	
Repasses no País - Finance	20.156	47.409	67.565	50.705	118.270	118.270
Total	20.156	47.409	67.565	50.705	118.270	118.270

	2016					Total
	Circulante Até 3 meses	Exigível a longo prazo De 3 a 12 meses	Exigível a longo prazo Total	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total	
Repasses no País - Finance	25.819	69.746	95.565	119.658	215.223	215.223
Total	25.819	69.746	95.565	119.658	215.223	215.223

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2020. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidas da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 8,4% a.a. a 11,50% a.a., com as variações do indexador TULP, e, (b) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a. **12 Fiscais e previdenciárias**

	2017	2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.760	2.538
Impostos e contribuições a recolher	336	307
Total	3.096	2.845

	2017	2016
Circulante	571	548
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	1	50
Provisão para contingências (Nota 14)	167	207
Cretores diversos - País	167	207
Total circulante	739	805
Exigível a longo prazo	161	-
Provisão para contingências (Nota 14)	161	-

Conselho de Administração
 Alexandre Randon - Presidente
 Astor Milton Schmitt - Vice-Presidente; Erino Tonon - Conselheiro

Dividas subord. elegíveis a capital (b) (Nota 19) 90.978 80.606
 Total exigível a longo prazo 91.139 80.606
 (a) O valor de provisão para pagamentos a efetuar refere-se a despesas de pessoal, provisões de encargos e outras despesas administrativas a pagar. (b) Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13 o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto a Randon S.A. Implementos e Participações, controladora do Grupo Randon. A captação de recursos no valor de R\$ 60.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do CDI, pagos semestralmente a partir de 09 de julho de 2019. **14 Contingências:** O Banco possui o seguinte montante de ações judiciais com perda provável e possível, com valores atualizados até 30 de junho de 2017:

	2017		2016	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Natureza	Valor	Quant	Valor	Quant
Cível	-	-	3	1
Indenizatória	-	-	122	2
Ordinária	1	1	-	-
Cautelar exorbitária	161	2	255	4
Trabalhista	162	3	380	7
Total	323	4	760	14

	2016		2017	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Natureza	Valor	Quant	Valor	Quant
Cível	50	1	-	-
Danos morais	-	-	1	1
Revisional	-	-	45	3
Trabalhista	50	1	46	4
Total	100	2	96	5

Movimentação da provisão para passivos contingentes

	2017	2016
Saldo inicial	1	50
Constituição (reversão) de provisão	161	-
Saldo final	162	50

15 Resultado de exercícios futuros

	2017	2016
Comissão por financiamento	997	891
Total	997	891

As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pelo Randon S.A. Implementos e Participações e outras empresas do Grupo. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticados pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendor, Compror (Floor Plan) e CDC conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as empresas do Grupo Randon. **16 Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social é de R\$ 75.000, representado por 39.823.221 ações ordinárias e 39.823.221 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em 30 de junho de 2017 e 2016. **b. Dividendos:** As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O dividendo será pago dentro do exercício em que for declarado quando houver lucros passíveis de distribuição. Em 12 de maio de 2017, foram pagos dividendos, aprovados em Assembléia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2017, relativos à data-base 31 de dezembro de 2016 e dividendos complementares. No semestre foram pagos dividendos conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Saldo no início do semestre	1.519	1.549
Dividendos complementares provisionados	4.559	4.645
Dividendos suplementares provisionados	-	3.306
Pagamentos realizados no semestre	(6.078)	(9.500)
Saldo atual, em 30 de junho	-	-

c. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. No ano de 2016 houve a constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido. Conforme regulamentação da Circular n.º 1273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 30 de junho de 2017. **d. Reservas estatutárias:** As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e a manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social. **17 Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:** A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre). Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 30 de junho de 2017 são resultantes da aplicação das alíquotas fixadas sobre o saldo das diferenças temporárias, que foram as seguintes: de 25% para o imposto de renda, e para a contribuição social de 20% até o exercício de 2018 e de 15% a partir do exercício de 2019 considerando o disposto na Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015.

	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.599	6.912
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente	(2.520)	(3.111)
Adições permanentes	(4)	(16)
Exclusões permanentes	38	76
Outros ajustes	(245)	(101)
Total	(2.731)	(3.152)
IRPJ e CSLL correntes	(3.519)	(3.338)
IRPJ e CSLL diferidos	788	186
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(2.731)	(3.152)
Alíquota efetiva	49%	46%

b. Movimentação dos créditos tributários: A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:

	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.599	6.912
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente	(2.520)	(3.111)
Adições permanentes	(4)	(16)
Exclusões permanentes	38	76
Outros ajustes	(245)	(101)
Total	(2.731)	(3.152)
IRPJ e CSLL correntes	(3.519)	(3.338)
IRPJ e CSLL diferidos	788	186
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(2.731)	(3.152)
Alíquota efetiva	49%	46%

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.599	6.912
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente	(2.520)	(3.111)
Adições permanentes	(4)	(16)
Exclusões permanentes	38	76
Outros ajustes	(245)	(101)
Total	(2.731)	(3.152)
IRPJ e CSLL correntes	(3.519)	(3.338)
IRPJ e CSLL diferidos	788	186
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(2.731)	(3.152)
Alíquota efetiva	49%	46%

18 Bens não de uso próprio

	2017	2016
Depósitos judiciais (Nota 14)	18	-
Títulos e créditos a receber (c)	78	-
Total	96	-

19 Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos Passivo

	2017	2016
Despesas de serviços técnicos especializados	632	519
Despesas de processamento de dados	539	691
Participação dos empregados	222	278
Outras despesas administrativas	147	331
Despesas de serviços do sistema financeiro	116	119
Despesas de aluguel	81	96
Despesas de comunicação	66	79
Despesas de publicações	53	42
Despesas de depreciação e amortização	45	53
Total	1.901	2.208

19 Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos Passivo

	2017	2016
Depósitos a prazo	(23.588)	(17.688)
Dívida subordinada	(90.978)	(80.606)
Bônus por financ. (1)	-	-
Total	(114.566)	(98.294)

Saldo em 01/01/2016 5.408
Constituição 6.184
Realização (5.998)
Saldo em 30/06/2016 5.594

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2016 5.408
Constituição 6.184
Realização (5.998)
Saldo em 30/06/2016 5.594

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.857
Constituição 8.877
Realização (8.134)
Saldo em 30/06/2017 6.600

Saldo em 01/01/2017 5.